Demonstrações Contábeis

J.Macêdo S.A. e Consolidado

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório da Administração 3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 17

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial 23
Demonstração do resultado 24
Demonstração do resultado abrangente 25
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 26
Demonstração dos fluxos de caixa 27
Demonstração do valor adicionado 28
Notas explicativas às demonstrações contábeis 29
Pareceres e declarações dos diretores sobre as demonstrações contábeis 80

Fipecafi - Serasa Experian
TROFÉU TRANSPARÊNCIA
ANEFAC
2017

Relatório da Administração 2017

Juntos Pela Excelência

J.Macêdo
O sabor de fazer bem feito

Mensagem da Administração 2017

No ano de 2017, a performance da Companhia foi prejudicada pelo impacto da longa recessão na capacidade de compra do consumidor, de tal modo, que apesar da melhora do quadro econômico do país a partir do segundo semestre, este foi o momento de maior contenção de gastos das famílias percebido nos resultados da Companhia. Vale observar que o varejo em especial enfrentou, ao longo da crise, uma mudança de comportamento de grande repercussão nos negócios: o consumidor, para proteger a sua renda, passou a optar por marcas mais baratas e produtos de menor valor agregado. Além disso, para as empresas de varejo de alimentos, como a J.Macêdo, o alto desemprego, é uma variável que continua a impactar negativamente o resultado das vendas. A expectativa da Companhia é de que, em 2018, haja a redução do desemprego, a retomada do consumo das famílias e o consequente crescimento nas vendas.

Para auxiliar na retomada do crescimento, diante deste cenário desafiador, a Companhia ampliou seu portfólio com produtos de valor mais acessível, buscou novas oportunidades em mercados que já atua, bem como, a entrada em novos mercados. Neste sentido, manter a liderança em categorias nas quais possuímos marcas consolidadas e fortalecer segmentos que ainda não somos líderes.

O ingresso no segmento de bebidas com refrescos em pó, através da marca Sol, é um bom exemplo do empenho da Companhia em adaptar seu portfólio para competir e atuar de maneira diferenciada. As vendas desse segmento cresceram durante a recessão econômica, impulsionadas pela decisão do consumidor de trocar bebidas mais caras por outras mais acessíveis.

A intensificação do esforço da Companhia no mercado profissional evidencia o acerto da estratégia, que aponta um crescimento de vendas no segmento na região Nordeste.

Seguindo com seu plano de crescimento e expansão iniciado em 2014, com base num planejamento estratégico, a Companhia sintetiza seus objetivos em três ações focais: o aumento da capacidade de armazenagem, a atualização do parque fabril e a sua preparação para um novo ciclo de crescimento pós-crise. Com isso, direcionou neste ano, investimentos para a expansão da capacidade produtiva no Nordeste, através da ampliação do moinho de Salvador e modernização do seu terminal de grãos, bem como da ampliação e modernização do complexo de massas e biscoitos na Bahia. Adicionalmente, iniciou a construção de quatro novos silos no moinho de Fortaleza e entregou um novo Farol do Mucuripe, Ceará. Esses são alguns dos exemplos do posicionamento firme da Companhia em seguir investindo mesmo na contramão do mercado.

A Companhia tem investido forte para manter sua posição de liderança de marca num cenário desafiador, de forma a sustentar a competitividade de seus produtos e proteger o seu patrimônio que é de marcas muito fortes nacionalmente, como Dona Benta e Sol, e regionais, como Petybon e Brandini. Por isso, estamos evoluindo nos processos fabris, para atingirmos o mais alto patamar de excelência em Qualidade e Segurança de Alimentos, certificando nossa fábrica de Massas da Unidade de São José dos Campos e nosso moinho em Fortaleza com a Certificação Internacional FSSC 22.000 (Food Safety System Certification 22.000).

Determinados na busca pelo crescimento sustentável da Companhia e seguros dos investimentos necessários, seguimos empenhados em trabalhar com o intuito maior de fidelizar os clientes, maximizar nossas vendas e gerar valor aos nossos acionistas e *stakeholders*.

Finalizo agradecendo o empenho e a confiança de todos nossos colaboradores e parceiros, que por todo o país, seguem trabalhando para levar aos lares brasileiros, alimentos da mais alta excelência em qualidade, que através de nossas marcas, ilustram e representam o valor e a história da J.Macêdo em cada escolha de nossos clientes.

Luiz Henrique Lissoni
Diretor-Presidente

Destaques do período

- O volume líquido de vendas faturado em 2017 foi 30,9 mil toneladas superior ao ano anterior. No acumulado, o volume atingiu 852,7 mil toneladas, impactado principalmente pela categoria de Farinhas, cujo crescimento foi de 8,4% no exercício.

- No 4T17, a margem bruta reduziu 5,3 p.p., decorrente da redução do preço médio do mercado, tanto no volume de consumo como profissional, parcialmente compensada com maior eficiência no custo. No acumulado, observamos a mesma tendência, tanto no que se refere ao preço como aos custos, em que a redução foi menos impactada (0,4 p.p.).

- As despesas com vendas cresceram no acumulado 8,2%, em decorrência sobretudo aos investimentos em trade marketing e das ações junto aos canais de distribuidores e atacadistas. As despesas gerais e administrativas cresceram 4,8% devido principalmente a investimentos em consultorias especializadas para projetos de eficiência.

- A Companhia investiu R$ 22,5 milhões no 4T17, um crescimento de 23,6% em relação ao 4T16. Em 2017, o desembolso foi de R$ 181,9 milhões, valor 100,8% maior que o ano anterior.

(As análises deste Relatório da Administração são comparativas do 4º trimestre de 2017 com o 4º trimestre de 2016, ou do ano de 2017, comparadas com o ano de 2016, exceto se especificado de forma adversa).

(R$ milhões)	4T17	4T16	Var%	2017	2016	Var%
Receita líquida	390,8	468,3	(16,5)	1.505,1	1.648,1	(8,7)
Lucro bruto	121,9	171,0	(28,7)	502,4	556,8	(9,8)
% Margem bruta	*31,2%*	*36,5%*	*-5,3 p.p.*	*33,4%*	*33,8%*	*-0,4 p.p.*
EBITDA	44,2	72,1	(38,7)	97,4	157,7	(38,3)
% Margem EBITDA	*11,3%*	*15,4%*	*-4,1 p.p.*	*6,5%*	*9,6%*	*-3,1 p.p.*
Lucro líquido	14,5	44,8	(67,7)	29,3	69,3	(57,8)
Investimentos	22,5	18,2	23,6	181,9	90,6	100,8
Volume de vendas (mil toneladas)	*216,6*	*234,0*	*-7,4*	*852,7*	*821,8*	*3,8*

Desempenho Econômico-financeiro

(R$ milhões)	4T17	4T16	Var%	2017	2016	Var%
Volume de vendas (mil toneladas)	*216,6*	*234,0*	*(7,4)*	*852,7*	*821,8*	*3,8*
Receita bruta	445,7	526,2	(15,3)	1.734,3	1.865,0	(7,0)
Receita líquida	390,8	468,3	(16,5)	1.505,1	1.648,1	(8,7)
CPV	(268,9)	(297,3)	(9,5)	(1.002,7)	(1.091,3)	(8,1)
Lucro bruto	121,9	171,0	(28,7)	502,4	556,8	(9,8)
Despesas com vendas	(83,3)	(85,8)	(2,9)	(335,9)	(310,4)	8,2
Despesas gerais e administrativas	(22,9)	(23,1)	(0,8)	(97,4)	(93,0)	4,8
Depreciação/amortização	(2,3)	(2,1)	10,2	(9,1)	(8,0)	13,4
Honorários da administração	(2,3)	(2,2)	5,0	(9,0)	(8,8)	1,2
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24,9	6,3	292,1	13,7	(7,9)	(274,6)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(14,3)	(10,7)	34,1	(33,1)	(35,7)	(7,4)
Lucro antes do IR/CSLL	21,7	53,5	(59,4)	31,7	82,3	(61,5)
Imposto de renda e contribuição social	(7,2)	(8,6)	(16,3)	(2,4)	(13,0)	(81,5)
Lucro líquido	14,5	44,8	(67,7)	29,3	69,3	(57,8)
EBITDA	44,2	72,1	(38,7)	97,4	157,7	(38,3)
Margem bruta	*31,2%*	*36,5%*	*-5,3 p.p.*	*33,4%*	*33,8%*	*-0,4 p.p.*
Despesas com vendas	*-21,3%*	*-18,3%*	*-3,0 p.p.*	*-22,3%*	*-18,8%*	*-3,5 p.p.*
Despesas gerais e administrativas	*-5,9%*	*-4,9%*	*-1,0 p.p.*	*-6,5%*	*-5,6%*	*-0,9 p.p.*
Depreciação/amortização	*-0,6%*	*-0,4%*	*-0,2 p.p.*	*-0,6%*	*-0,5%*	*-0,1 p.p.*
Honorários da administração	*-0,6%*	*-0,5%*	*-0,1 p.p.*	*-0,6%*	*-0,5%*	*-0,1 p.p.*
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	*6,4%*	*1,4%*	*5,0 p.p.*	*0,9%*	*-0,5%*	*1,4 p.p.*
Margem lucro líquido	*3,7%*	*9,6%*	*-5,9 p.p.*	*1,9%*	*4,2%*	*-2,3 p.p.*
Margem EBITDA	*11,3%*	*15,4%*	*-4,1 p.p.*	*6,5%*	*9,6%*	*-3,1 p.p.*

Desempenho das categorias

1) Farinhas e farelo

O volume faturado no 4T17 foi de 166,1 t, enquanto no acumulado foi de 650,5 t, obtendo um acréscimo de 8,4% em comparação a 2016. Com esse crescimento, a receita bruta dessa categoria atingiu R$ 226,2 milhões e no acumulado de 2017, R$ 895,4 milhões.

O volume acumulado do mercado de Farinha Doméstica, comparado ao ano anterior, cresceu 8,4% em volume, impulsionado principalmente pelo canal cash and carry, que apresentou incremento de 10,0%, enquanto o varejo retraiu 7,0%. A J.Macêdo cresceu 9,0% em volume no canal cash and carry, com destaque para as embalagens de 5kg.

Analisando o curto prazo, (outubro/novembro x agosto/setembro), o Nordeste cresceu com a marca Brandini, impulsionado pelo pequeno varejo e cash and carry, alcançando 6,5% de share volume. Boa Sorte também cresceu no mesmo canal com melhora na competitividade de preço e alcançou 15,4% de participação de mercado. Além disso, as regiões de Minas e Estado de São Paulo também apresentaram crescimento de share volume pautados no cash and carry (0,9 p.p. e 4,2 p.p., respectivamente). Em São Paulo Capital e Interior, o crescimento foi impulsionado pela marca Dona Benta. Já o Rio de Janeiro se destaca no curto prazo no canal varejo com crescimento de 1,9%.

O share volume da Companhia no país, para o período acumulado de dezembro/16 a novembro/17, chegou a 14,6%, ficando no mesmo patamar do período equivalente no ano anterior, com destaque para a região Nordeste, que ganhou 1,2 p.p. de participação.

2) Massas

O volume de venda no trimestre foi de 35,9 mil t, 13,1% inferior ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado, o volume atingiu 146,6 t, representando 17,2% do volume total faturado e atingindo R$476,4 milhões ao fim do exercício.

O volume total do mercado no bimestre setembro/outubro17 retraiu 3,4% em relação ao período anterior (julho/agosto17). A J.Macêdo retraiu menos que o mercado, 2,5%. Todas as regiões sofreram retração, com exceção de São Paulo Interior, que cresceu 2,4% impulsionada pelo canal varejo.

A Companhia permaneceu estável em share volume (+0,1 p.p) no país em comparação ao bimestre passado, (setembro/outubro17 x julho/agosto17), e apresenta um excelente desempenho em São Paulo, crescendo 3,0 p.p em share volume, impulsionado pelo canal cash and carry (+5,0 p.p.). Dona Benta (+3,5 p.p.) e Petybon (+1,4 p.p.) impulsionaram ganho de share volume na região. Para o período acumulado de janeiro a dezembro/17, a participação de mercado no país permaneceu estável e atingiu 12,5%, com uma perda 0,6 p.p. em comparação ao ano anterior.

3) Misturas

O volume total do mercado na categoria de Mistura Doméstica, na comparação acumulada do ano, retraiu 12,5% em volume, impulsionado principalmente pelo canal varejo.

Analisando o curto prazo (outubro/novembro x agosto/setembro), J.Macêdo ganha share volume. Destaque para o Nordeste, que cresceu 1,2% na soma dos canais varejo e cash and carry. A marca que se destaca em crescimento nesta região é Dona Benta que alcançou 29,4% de participação.

Além disso, no interior de São Paulo tivemos um acréscimo de 0,7% em participação no canal varejo, impulsionado pela marca Dona Benta, que atinge 25,3% de share volume. No período acumulado de dezembro/16 a novembro/17, a participação da J.Macêdo chegou a 19,0%, uma retração de 3,3 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior.

4) Outras categorias

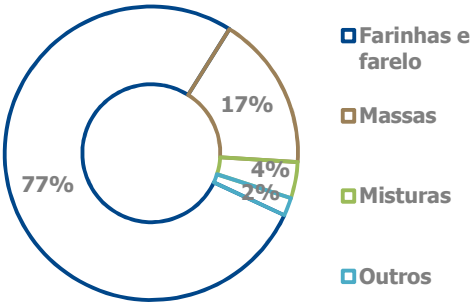
A categoria de Biscoitos representou 5,0% da receita bruta da Companhia no 4T17 (4T16: 4,6%). A receita desta categoria no trimestre atingiu R$ 22,5 milhões (2016: R$ 24,3 milhões). No acumulado, a categoria representou 5,1% da receita bruta, 0,2 p.p. maior que o ano anterior, atingindo R$ 87,4 milhões (2016: R$ 92,2 milhões). A categoria passou durante o ano por uma reestruturação de portfólio, com entrada em novos segmentos, buscando maior rentabilidade do negócio.

A categoria de Sobremesas representou 2,4% da receita bruta da Companhia no 4T17 (4T16: 2,2%). A receita no trimestre foi de R$ 10,6 milhões, valor 7,3% menor que o mesmo trimestre do ano anterior, e R$ 30,2 milhões no ano, 4,2% menor que o ano anterior. Nos doze meses, a categoria manteve-se estável, com 1,7% de participação em 2017 e 2016.

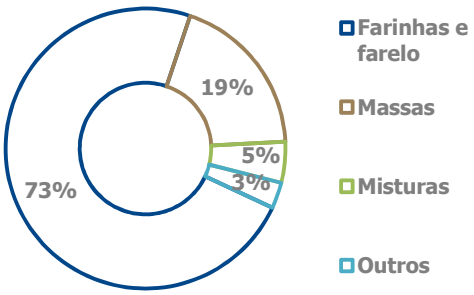
A categoria de Fermentos representou 2,9% da receita bruta da Companhia no 4T17 (4T16: 2,7%). A receita no trimestre foi de R$ 12,9 milhões, valor 11,2% menor que o mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado, a categoria representou 3,0% da receita bruta, 0,3 p.p. maior que o ano anterior, atingindo R$ 51,2 milhões (2016: R$ 49,8 milhões).

Segue abaixo a composição percentual do volume líquido de vendas em toneladas:

Composição das vendas 2017



Composição das vendas 2016

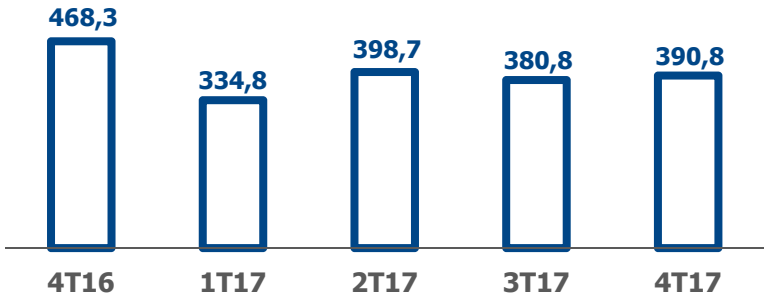


*Todos os dados de mercado são da consultoria especializada Nielsen.

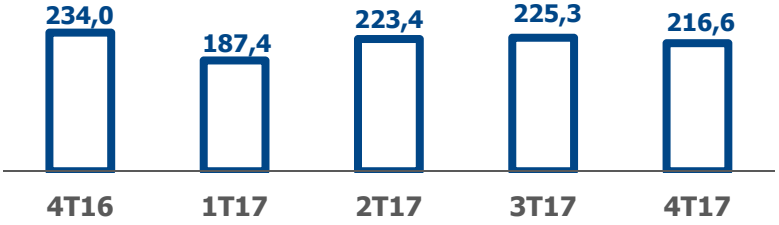
Volume/ Receita líquida

A receita líquida da Companhia no 4T17 foi de R$ 390,8 milhões e o volume de venda líquido foi de 216,6 mil toneladas. No acumulado, o volume foi 3,8% maior que o ano anterior, chegando a 852,7 mil toneladas, com uma receita líquida acumulada de R$ 1.505,1 milhões.

Receita líquida
(R$ milhões)



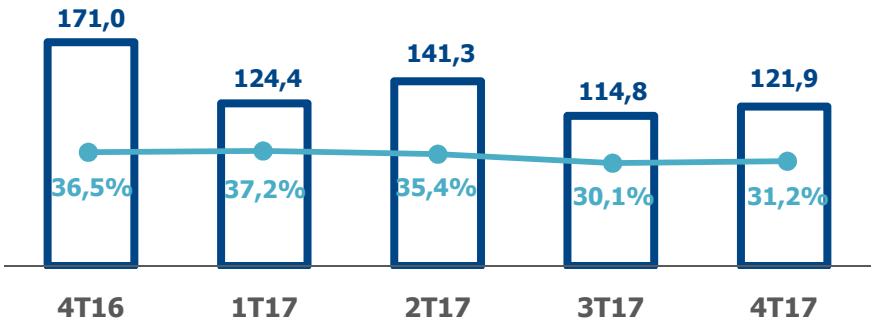
Volume de vendas
(em mil toneladas)



Lucro bruto

O lucro bruto do 4T17 foi de R$ 121,9 milhões, representando 31,2% da receita líquida do período. No acumulado, o lucro bruto atingiu R$ 502,4 milhões, com uma margem de rentabilidade de 33,4%.

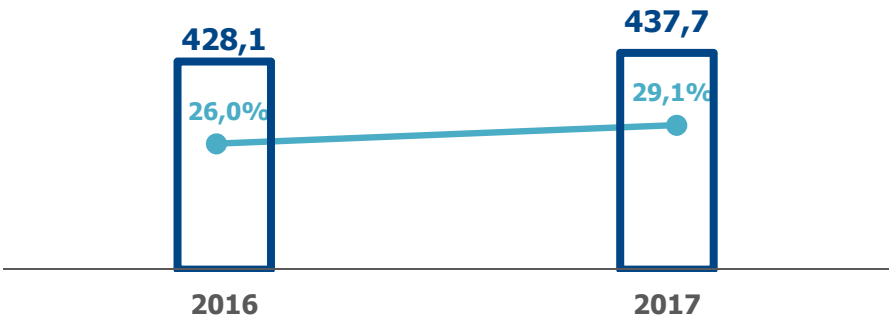
Lucro bruto e Margem bruta
(em R$ milhões e em%)



Despesas operacionais

As despesas operacionais do 4T17 somaram R$ 85,9 milhões (22,0% da receita líquida), apresentando uma redução de 19,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior (4T16: R$ 106,8 milhões). No acumulado, atingimos o montante de R$ 437,7 milhões, 2,2% maior que 2016.
As despesas com vendas cresceram no acumulado 8,2%, em decorrência principalmente dos investimentos em trade marketing e das ações junto aos canais de distribuidores e atacadistas. As despesas gerais e administrativas cresceram 4,8%, principalmente investimentos em consultorias especializadas para projetos de eficiência.
Em outras despesas/receitas operacionais reconhecemos no ano valores correspondentes a créditos tributários extemporâneos de PIS e COFINS sobre insumos e sobre frete transferência nas operações de subcontratação e créditos de ICMS oriundos da transferência de farinha entre estados, no valor total de R$ 16,8 milhões. Em 2016, os créditos foram de ICMS oriundos da transferência de farinha entre estados, de restituição de ICMS recolhidos a maior e de PIS e COFINS sobre insumos, no total de R$ 23,1 milhões. Adicionalmente, atualizamos a valor justo conforme determina a regra contábil, os imóveis classificados como Propriedades para Investimento, em R$ 29,9 milhões (2016; R$ 8,6 milhões).

Despesas operacionais e % RL
(em R$ milhões e em %)

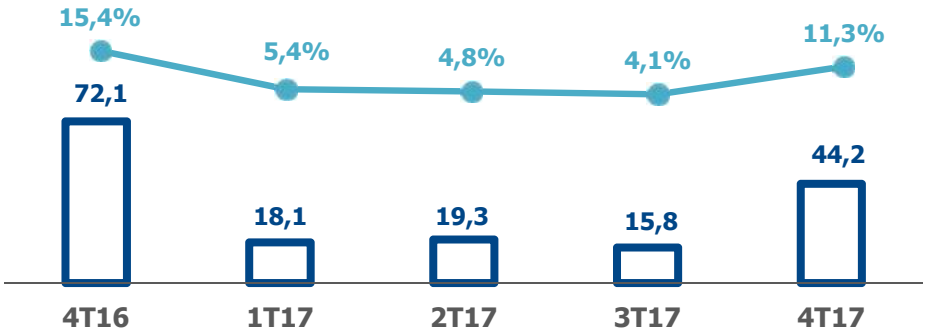


EBITDA

A Companhia encerra o 4T17 com um EBITDA *(lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações)* de R$ 44,2 milhões e margem EBITDA em 11,3%. No resultado acumulado, atingimos um EBITDA de R$ 97,4 milhões.

Registramos no 2T17 a baixa de ativos da unidade desativada em Pouso Alegre, impactando no resultado o valor líquido negativo de R$ 8,4 milhões e outras despesas decorrentes da desativação no valor de R$ 1,5 milhão. Excluindo estes efeitos não recorrentes, o EBITDA acumulado seria de R$ 107,2 milhões, com margem de 7,1%.

EBITDA e Margem EBITDA
(em R$ milhões e em %)



Reconciliação do EBITDA	4T17	4T16	Var%	2017	2016	Var%
Lucro antes do IR e CS - LAIR	21,7	53,3	(59,4)	31,7	82,3	(61,5)
Depreciação/ amortização custos	6,0	5,8	3,4	23,6	20,9	12,9
Depreciação/ amortização despesas	2,3	2,3	-	9,1	8,0	13,4
Resultado financeiro	14,3	10,7	33,4	33,1	46,5	(28,9)
EBITDA	**44,2**	**72,1**	(38,7)	**97,4**	**157,7**	(38,3)

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro	4T17	4T16	Var%	2017	2016	Var%
Receitas financeiras	10,2	43,4	(76,4)	43,6	158,8	(72,5)
Despesas financeiras	(24,5)	(54,1)	(54,7)	(76,7)	(205,3)	(62,7)
Total	**(14,3)**	**(10,7)**	**33,5**	**(33,1)**	**(46,5)**	**(28,8)**

A Companhia registrou no 4T17 resultado financeiro líquido de R$ 14,3 milhões, um aumento de 33,5% em relação ao mesmo período de 2016, quando atingiu R$ 10,7 milhões. O resultado no período foi impactado pelo aumento da dívida bruta de R$ 262,9 milhões. No acumulado, o resultado teve redução de 28,8% em virtude do menor impacto nas operações de hedge.

Investimentos

A Companhia segue executando o plano de investimentos, com um desembolso de R$ 22,5 milhões no quarto trimestre de 2017, valor 23,6% maior que o mesmo período de 2016. No acumulado, os investimentos totalizaram R$ 181,9 milhões, um crescimento de 100,8%.

Em 2017, foi inaugurado, em Fortaleza, o maior farol das Américas, que é pertencente à Marinha do Brasil e foi construído por meio de uma parceria com o grupo J.Macêdo. Adicionalmente, foi iniciada a construção de quatro novos silos, bem como a modernização do moinho de Fortaleza. Em Salvador, a J.Macêdo investiu num novo sistema de descarregamento mecânico de grãos de navios. Com a modernização do terminal portuário, nossas operações serão duplicadas.

A modernização do terminal portuário e do moinho está ligada ao aumento da capacidade de produção do complexo fabril de Simões Filho, onde a J.Macêdo está instalada desde 1989. Com um investimento de R$ 220,0 milhões, a Companhia está aumentando para 10.500 toneladas/mês a capacidade de produção de massas e biscoitos de seu parque fabril, com a construção de uma nova linha de biscoitos e três novas linhas de massas. As obras de ampliação estão em andamento e devem ser entregues em etapas a partir do segundo trimestre de 2018.

Endividamento

Para garantir a execução do plano de investimentos da Companhia durante o exercício de 2017, captamos recursos no mercado, aumentando o total do endividamento para R$ 588,5 milhões. A relação da Dívida Financeira Liquida/ EBITDA do período ficou no patamar de 2,72, dentro dos limites definidos pelos contratos de financiamentos.

Covenants	4T17	4T16	Var%	3T17	Var%
Dívida financeira líquida/ EBITDA <= 2,75	2,72	1,56	74,6	2,62	3,8
Dívida financeira bruta/ patrimônio líquido <= 1,50	1,04	0,59	75,2	0,88	18,9
EBITDA/ despesas financeiras líquidas >= 1,75	2,94	3,40	(13,4)	4,25	(30,7)

Os *covenants* financeiros continuaram em patamares adequados nesse período de expansão para o plano de investimentos da Companhia e permanecem dentro dos limites definidos pelos contratos de financiamentos.

Dívida líquida	2017	2016	Var%	3T17	Var%
Curto prazo	**182,9**	**204,9**	**(10,8)**	**168,5**	**8,5**
Empréstimos e financiamentos	153,7	174,3	(11,8)	139,9	9,8
Debêntures	29,2	30,6	(4,6)	28,6	2,1
Longo prazo	**405,7**	**120,7**	**236,1**	**315,4**	**28,6**
Empréstimos e financiamentos	405,7	92,1	340,5	315,4	28,6
Debêntures	-	28,6	-	-	-
Total endividamento	**588,5**	**325,6**	**80,8**	**483,9**	**21,6**
(-) Caixa	(322,6)	(90,5)	256,5	(163,0)	97,9
(-) **Instrumentos financeiros derivativos**	(0,7)	12,7	(105,1)	7,8	(108,3)
Dívida líquida	**265,3**	**247,8**	**7,0**	**328,7**	**(19,3)**

Desempenho do trigo

Efeitos do trigo na J.Macêdo

A Companhia trabalha de forma distinta para o abastecimento das unidades situadas nas regiões Sul e Nordeste, em função de disponibilidade local de trigo, dos custos de aquisição e do perfil de produtos de cada mercado.
As compras para os moinhos localizados no Paraná foram focadas no trigo nacional, sobretudo o paranaense.
Para o período, esta foi a opção com a melhor relação custo-benefício. Outras opções, como trigo gaúcho e paraguaio, também foram adquiridas, porém em quantidades menores.
Os moinhos da região Nordeste, localizados em Fortaleza e Salvador, foram abastecidos apenas com trigos importados, provenientes da Argentina e Estados Unidos.
As definições dos tipos de trigo comprados consideram os custos totais, incluindo custos logísticos e impactos de ordem tributária, e as qualidades necessárias para manter o padrão de qualidade de nossos produtos.

Resultados

O desempenho das compras de trigo da Companhia é medido em relação a indicadores de mercado. Para os trigos importados a comparação é feita com os números divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Já as compras dos trigos nacionais são comparadas com o indicador divulgado pela consultoria Safras e Mercados para a praça em que os moinhos estão localizados.

Considerando estes indicadores, as importações de trigo tiveram um custo 4,7% abaixo da média de mercado no trimestre e 5,2% no acumulado do ano. Já as compras de trigo nacional ficaram 5,0% abaixo do indicador para o trimestre e 3,9% no ano.

Com as compras realizadas, os custos totais com aquisição de trigo no período de outubro a dezembro de 2017 apresentaram baixa de 1,6% em comparação com o trimestre anterior, e de 0,1% em relação ao mesmo período de 2016. A redução verificada em relação ao trimestre anterior deve-se à baixa dos preços do trigo na Argentina e Brasil, em função da entrada da nova safra. Na comparação anual, o custo médio de 2017 ficou 11,2% abaixo do verificado em 2016, sendo 4,7% explicada pela valorização do real em relação ao dólar, que reduziu os custos das importações, e 6,5% pela queda do preço médio da *commodity*, resultado da maior oferta no Brasil e Argentina.

Governança Corporativa

Prêmios e Reconhecimentos

A J.Macêdo conquistou, de forma inédita, o **Troféu Transparência 2017**. Fomos uma das 25 empresas agraciadas com esse título que é considerado o "Oscar da Contabilidade". O prêmio julga e avalia rigorosamente as práticas de transparência nas informações contábeis publicadas ao mercado pelas empresas, por meio das demonstrações financeiras. É promovido pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) em parceria com a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) e a Serasa Experian.

Dona Benta, uma das principais marcas do grupo J.Macêdo, recebeu o prêmio **Marketing Best Especial 30 anos**, que homenageou 40 empresas que mais se destacaram nos 30 anos de existência da premiação pelo conjunto de suas manifestações e iniciativas de marketing, tornando-se referências nacionais no tema.

Através das unidades de São José dos Campos/SP e Moinho Fortaleza, a J.Macêdo foi recomendada à **Certificação Internacional FSSC 22.000** (*Food Safety System Certification 22.000*). De reconhecimento e validade internacional, essa certificação aumenta a confiança dos consumidores e possibilita a melhoria contínua dos processos, além de garantir a construção e o fortalecimento do Sistema de Gestão e Excelência em Segurança em Alimentos, que segue alinhada com as diretrizes da Companhia.

Pessoas & Gestão

A J.Macêdo acredita que somente por meio do desenvolvimento do nosso capital humano e do fortalecimento da nossa cultura alcançará as metas e os desafios do negócio. Acreditamos que a Cultura Organizacional é o principal viabilizador da estratégia. Neste sentido, estamos trabalhando em um programa robusto de **Cultura e Engajamento,** com um plano de trabalho consistente com ações e iniciativas para a sustentabilidade da Companhia.

Como forma de incentivo, a inclusão e a valorização das diferenças, a J.Macêdo lançou o **Programa Diversidade,** que, neste primeiro ano, teve como objetivo principal ampliar o número de contratações de Pessoas com Deficiência (PcDs) por meio de ações estruturadas, com indicadores claros e com a participação de todas as áreas da empresa.

O **Programa J. Legal**, que é uma iniciativa de compromisso social da J.Macêdo voltada para a formação, orientação e inserção de jovens no mercado de trabalho, realizado em parceria com a Rede Cidadã e com o apoio do BNDES, capacitou 406 jovens e viabilizou a contratação de 326 deles, por empresas de diversos segmentos na região metropolitana de Fortaleza.

Lançamos o **Programa de Excelência J.Macêdo,** que visa o processo de melhoria contínua, aumentar a eficiência com foco em um sistema de trabalho de alta performance e que nos apoiará na entrega do planejamento estratégico sustentado pelos Comportamentos da Cultura da Companhia.

Por meio de ações focadas no desenvolvimento e engajamento do time, estamos confiantes e motivados com a evolução contínua da J.Macêdo e acreditamos que juntos faremos uma Companhia cada vez mais exitosa e repleta de oportunidades de crescimento.

Auditoria independente

Em atendimento à Instrução CVM 308/99, que determina o rodízio obrigatório do auditor independente a cada cinco anos, a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") como empresa de auditoria independente, a partir da revisão das informações trimestrais (ITR) relativas ao primeiro trimestre de 2017, em substituição à KPMG Auditores Independentes ("KPMG"). As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/17. Essas demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20/03/2018.

Sobre a J.Macêdo

É líder de segmento nas categorias de farinhas de trigo domésticas e de mistura para bolos, a terceira maior empresa nacional no segmento de massas alimentícias e a fabricante líder em vendas de farinhas de trigo, massas e misturas para bolos na cidade de São Paulo. A empresa produz, distribui e comercializa diversas categorias de produtos que fazem parte do dia a dia das famílias brasileiras: farinhas (Dona Benta, Sol, Brandini, Lili e Boa Sorte); massas (Dona Benta, Petybon, Brandini, Madremassas, Favorita, Familiar e Paraíba); mistura para bolos (Dona Benta, Sol e Boa Sorte); sobremesas (Sol); fermentos (Dona Benta) e biscoitos (Sol e Águia). A J.Macêdo recebeu o Troféu Transparência 2017 – Prêmio Anefac-Fipecafi- Serasa Experian, concedido para empresas com o maior grau de transparência nas demonstrações financeiras.

Disclaimer
As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.
Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Building a better working world

Centro Empresarial Queiroz Galvão - Torre Cícero Dias
Rua Padre Carapuceiro, 858
8º andar, Boa Viagem
51020-280 - Recife - PE - Brasil

Tel: +55 81 3201-4800
Fax: +55 81 3201-4819
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administrações da
J.Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J.Macêdo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J.Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receitas de vendas

A Companhia produz e embarca diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país, conforme comentado nas notas explicativas 1 e 28.c.

Considerando o grande volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações contábeis, a Companhia possui controles para determinar a data de entrega dos produtos para o registro contábil das receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da Administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles chaves implementados pela Companhia sobre a determinação do momento de reconhecimento da receita; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações relacionadas, incluídas nas notas explicativas 3.15 e 23.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas de vendas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas retromencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 19, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal do negócio, cujo o saldo total de provisão registrado nas demonstrações contábeis consolidadas é de aproximadamente R$ 11,7 milhões.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, e ao impacto que um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou em conjunto, pode ter nas demonstrações individuais e consolidadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos chave relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes.

Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados, considerando ainda a opinião dos assessores jurídicos, bem como dados e informações históricas. Adicionalmente, obtivemos cartas dos assessores jurídicos contendo avaliação das probabilidades de perdas e valores envolvidos nos respectivos processos. Para causas com valores considerados relevantes de acordo com nosso julgamento profissional, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas, a determinação do risco de perda e do valor estimado. Também analisamos as respectivas divulgações a fim de identificar se fornecem informações relevantes sobre a natureza, exposição e valores relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões e passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das probabilidades de perda associadas às provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da J.Macêdo S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Building a better working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 20 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP171230/O-7-T-PE

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	4	**228.861**	48.930	**322.644**	66.538
Aplicações financeiras	5	**-**	23.983	**-**	23.983
Contas a receber		**136.734**	207.428	**158.111**	206.905
Contas a receber de clientes	6	**131.152**	194.855	**152.389**	194.147
Outras contas a receber		**5.582**	12.573	**5.722**	12.758
Estoques	7	**206.001**	106.423	**110.602**	99.514
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	**86.689**	49.930	**86.735**	49.996
Despesas antecipadas		**7.221**	12.614	**7.261**	12.614
Instrumentos financeiros derivativos	28	**7.674**	482	**7.674**	482
Total do ativo circulante		**673.180**	449.790	**693.027**	**460.032**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	9	**33.855**	28.356	**37.277**	31.220
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	**44.282**	53.671	**44.282**	53.671
Instrumentos financeiros derivativos	28	**-**	461	**-**	461
Outras contas a receber		**6.939**	5.989	**6.943**	5.994
Investimentos	11	**18.404**	19.040	**64**	64
Propriedades para investimentos	12	**108.081**	78.200	**108.081**	78.200
Imobilizado	13	**604.585**	469.140	**605.576**	470.184
Intangível	14	**7.691**	6.552	**14.090**	12.951
Total do ativo não circulante		**823.837**	661.409	**816.313**	**652.745**
Total do ativo		**1.497.017**	1.111.199	**1.509.340**	**1.112.777**

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Passivo					
Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas		**17.425**	28.560	**17.631**	28.745
Fornecedores	15	**210.237**	85.230	**236.899**	103.102
Tributos a recolher	16	**11.934**	10.306	**12.004**	10.419
Empréstimos e financiamentos		**170.364**	175.554	**153.666**	174.366
Com terceiros	17	**153.666**	174.366	**153.666**	174.366
Com partes relacionadas	9	**16.698**	1.188	**-**	-
Debêntures	18	**29.203**	30.615	**29.203**	30.615
Financiamento de impostos		**680**	2.756	**680**	2.756
Arrendamentos mercantis financeiros		**1.792**	550	**1.792**	550
Dividendos e JCP a pagar		**11**	3.976	**11**	3.976
Instrumentos financeiros derivativos	28	**4.702**	11.286	**4.702**	11.286
Outras contas a pagar		**27.712**	29.224	**29.795**	29.330
Total do passivo circulante		**474.060**	378.057	**486.383**	395.145
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos		**405.678**	107.674	**405.678**	92.164
Com terceiros	17	**405.678**	92.164	**405.678**	92.164
Com partes relacionadas	9	**-**	15.510	**-**	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	**2.322**	2.355	**2.322**	2.355
Debêntures	18	**-**	28.600	**-**	28.600
Arrendamentos mercantis financeiros		**1.938**	174	**1.938**	174
Financiamento de impostos		**575**	1.071	**575**	1.071
Outras contas a pagar		**5.031**	7.146	**5.031**	7.146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	**28.993**	26.754	**28.993**	26.754
Provisão para contingências	19	**11.747**	10.188	**11.747**	10.188
Total do passivo não circulante		**456.284**	183.962	**456.284**	168.452
Patrimônio líquido	21				
Capital social	21.1	**198.603**	198.002	**198.603**	198.002
Reservas de capital	21.2	**-**	601	**-**	601
Reserva de lucros	21.3	**344.937**	328.396	**344.937**	328.396
Ajustes de avaliação patrimonial	21.4	**23.133**	22.181	**23.133**	22.181
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**566.673**	549.180	**566.673**	549.180
Total do patrimônio líquido		**566.673**	549.180	**566.673**	549.180
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.497.017**	1.111.199	**1.509.340**	1.112.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Receita líquida de vendas	23	**1.501.587**	1.644.616	**1.505.091**	1.648.100
Custo das vendas	24	**(999.722)**	(1.088.115)	**(1.002.718)**	(1.091.279)
Lucro bruto		**501.865**	556.501	**502.373**	556.821
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		**(335.961)**	(310.364)	**(335.961)**	(310.364)
Despesas gerais e administrativas		**(96.731)**	(92.367)	**(97.421)**	(92.969)
Honorários da administração	9	**(8.935)**	(8.792)	**(8.935)**	(8.792)
Depreciação e amortização		**(9.049)**	(7.994)	**(9.049)**	(7.994)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	**13.658**	(8.888)	**13.632**	(7.937)
Resultado de equivalência patrimonial	11	**(783)**	(1.242)	**-**	-
Resultado antes das despesas financeiras liquidas e impostos		**64.064**	126.854	**64.639**	128.765
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	**43.054**	154.250	**43.498**	158.841
Despesas financeiras	27	**(75.558)**	(198.968)	**(76.541)**	(205.299)
		(32.504)	(44.718)	**(33.043)**	(46.458)
Resultado antes dos impostos		**31.560**	82.136	**31.596**	82.307
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	**(88)**	(21.733)	**(124)**	(21.904)
Diferido	10	**(2.239)**	8.938	**(2.239)**	8.938
		(2.327)	(12.795)	**(2.363)**	(12.966)
Lucro líquido do exercício		**29.233**	69.341	**29.233**	69.341
Lucro por ação: básico e diluído - R$	22	**1,33899**	3,17609		
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:					
Ordinárias	21.1	**11.496.411**	11.496.411		
Preferenciais		**10.335.786**	10.335.786		
		21.832.197	21.832.197		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Lucro líquido do exercício	**29.233**	69.341
Itens que poderão ser classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	**147**	(1.421)
Realização do custo atribuído	**-**	(529)
Resultado abrangente total	**29.380**	67.391
Resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas controladores	**29.380**	67.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	197.873	601	296.291	-	24.131	518.896
Transações de capital com os sócios						
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(33.456)	-	-	(33.456)
Aumento de capital	129	-	-	-	-	129
Outros resultados abrangentes						
Realização do custo atribuído	-	-	-	529	(529)	-
Ajuste de reserva de incentivos fiscais	-	-	(347)	-	-	(347)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	-	-	-	-	(1.421)	(1.421)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	69.341	-	69.341
Destinação do lucro:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(3.962)	-	(3.962)
Dividendos complementares (Nota 21.e)	-	-	11.887	(11.887)	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 21.e)	-	-	3.467	(3.467)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Notas 20 e 21c)	-	-	50.554	(50.554)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	198.002	601	328.396	-	22.181	549.180
Transações de capital com os sócios						
Distribuição de dividendos complementares	**-**	**-**	**(11.887)**	**-**	**-**	**(11.887)**
Aumento de capital (Nota 21.a)	**601**	**(601)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outros resultados abrangentes						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	**-**	**-**	**-**	**-**	**147**	**147**
Mutações internas do patrimônio líquido						
Realização do custo atribuído	**-**	**-**	**-**	**(805)**	**805**	**-**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**29.233**	**-**	**29.233**
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 21.e)	**-**	**-**	**1.462**	**(1.462)**	**-**	**-**
Reserva de incentivos fiscais (Notas 20 e 21.c)	**-**	**-**	**26.966**	**(26.966)**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**198.603**	**-**	**344.937**	**-**	**23.133**	**566.673**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**29.233**	69.341	**29.233**	69.341
Ajustes ao lucro líquido do exercício:				
Depreciação e amortizações	**31.947**	27.806	**32.334**	27.931
Equivalência patrimonial	**783**	1.242	**-**	-
Resultado de ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento baixado	**17.427**	4.539	**17.427**	4.539
Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	**(330)**	123	**(330)**	123
Constituição (reversão) de provisão para contingências	**3.441**	4.466	**3.441**	4.466
Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	**(62)**	(2.052)	**(62)**	(2.052)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	**20.642**	(21.436)	**20.790**	(22.856)
Constituição (reversão) de IRPJ e CSLL diferidos	**2.239**	(8.936)	**2.239**	(8.936)
Valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	**(21.458)**	57.394	**(21.458)**	57.394
Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	**-**	(1.880)	**-**	(1.880)
Créditos extemporâneos de ICMS/ INSS/ PIS/ COFINS	**16.757**	(23.967)	**16.757**	(23.967)
Variação de ativos e passivos				
(Aumento) redução em ativos				
Contas a receber de clientes	**64.033**	(51.293)	**42.088**	(51.356)
Estoques	**(99.516)**	63.054	**(11.026)**	56.587
Impostos e contribuições sociais a compensar	**(44.127)**	33.168	**(44.107)**	33.155
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	**(3.046)**	12.324	**(3.604)**	(2.188)
Outros créditos	**7.005**	(9.950)	**11.440**	(10.101)
(Redução) aumento em passivos				
Fornecedores	**125.007**	25.660	**133.797**	27.397
Tributos a recolher	**1.628**	1.108	**1.585**	1.183
Obrigações sociais e trabalhistas	**(11.135)**	12.210	**(11.114)**	12.228
Financiamento de impostos	**-**	(2.039)	**-**	(2.039)
Provisão para contingências	**(3.198)**	(4.723)	**(3.198)**	(4.723)
Outras contas a pagar	**(7.156)**	8.331	**(5.180)**	8.343
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	**130.114**	194.490	**211.052**	172.589
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos no intangível	**(4.108)**	(1.025)	**(4.108)**	(1.025)
Aplicação de recursos no imobilizado	**(172.450)**	(89.900)	**(172.784)**	(89.984)
Resgate de aplicação financeira	**180.649**	160.642	**180.649**	160.642
Aplicação financeira	**(155.749)**	(60.035)	**(155.749)**	(60.035)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	**(151.658)**	9.682	**(151.992)**	9.598
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	**458.532**	64.339	**458.532**	64.339
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	**(174.150)**	(179.358)	**(174.150)**	(179.358)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	**(18.900)**	(13.622)	**(18.900)**	(13.622)
Amortização de principal de debêntures	**(28.560)**	(28.560)	**(28.560)**	(28.560)
Amortização de juros de debêntures	**(6.470)**	(11.883)	**(6.470)**	(11.883)
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	**(11.887)**	(44.653)	**(11.887)**	(44.653)
Captação (amortização) de instrumentos financeiros derivativos	**(17.342)**	(7.343)	**(21.771)**	(5.685)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	**201.223**	(221.080)	**196.794**	(219.422)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**179.679**	(16.908)	**255.854**	(37.235)
Diferença cambial líquida	**252**	-	**252**	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**48.930**	65.838	**66.538**	103.773
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**228.861**	48.930	**322.644**	66.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receitas	**1.701.465**	1.798.534	**1.705.877**	1.802.028
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**1.722.744**	1.861.482	**1.727.155**	1.864.966
(-) Abatimentos e descontos	**(53.971)**	(66.657)	**(53.971)**	(66.657)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão (constituição)	**330**	(3.768)	**330**	(3.768)
Outras receitas	**32.362**	7.477	**32.362**	7.487
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.222.434)**	(1.310.389)	**(1.225.978)**	(1.312.869)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(976.823)**	(967.161)	**(979.820)**	(969.151)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(232.071)**	(327.911)	**(232.527)**	(328.289)
(Perda) recuperação de valores ativos	**(2.577)**	(3.761)	**(2.577)**	(3.761)
Outras despesas operacionais	**(10.963)**	(11.556)	**(11.054)**	(11.668)
Valor adicionado bruto	**479.031**	488.145	**479.899**	489.159
Depreciação, amortização e exaustão	**(31.947)**	(28.687)	**(31.947)**	(28.871)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**447.084**	459.458	**447.952**	460.288
Valor adicionado recebido em transferências	**42.271**	153.007	**43.498**	158.841
Resultado de equivalência patrimonial	**(783)**	(1.242)	**-**	-
Receitas financeiras	**43.054**	154.249	**43.498**	158.841
Valor adicionado total a distribuir	**489.355**	612.465	**491.450**	619.129
Distribuição do valor adicionado	**489.355**	612.465	**491.450**	619.129
Pessoal	**171.147**	178.408	**171.293**	178.553
Remuneração direta	**105.564**	103.129	**105.666**	103.228
Honorários	**8.935**	8.792	**8.935**	8.792
Participação nos resultados	**930**	12.959	**930**	12.959
Benefícios	**40.436**	37.468	**40.448**	37.480
F.G.T.S	**9.928**	11.346	**9.928**	11.346
Outros gastos com pessoal	**5.354**	4.714	**5.386**	4.748
Impostos, taxas e contribuições	**202.539**	152.728	**203.505**	152.916
Federais	**72.323**	48.599	**72.947**	48.599
Estaduais	**127.184**	101.566	**127.207**	101.754
Municipais	**3.032**	2.563	**3.351**	2.563
Remuneração de capitais de terceiros	**86.436**	211.988	**87.419**	218.319
Despesas financeiras	**75.558**	198.968	**76.541**	205.299
Aluguéis	**10.878**	13.020	**10.878**	13.020
Remuneração de capitais próprios	**29.233**	69.341	**29.233**	69.341
Lucros retidos no exercício	**29.233**	69.341	**29.233**	69.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações sobre a Companhia e controladas

A J.Macêdo S.A. ("J.Macêdo" ou "Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia abrangem a J.Macêdo, sua controlada e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como "Companhia").

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2017, foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 20 de março de 2018.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo, sendo avaliados anualmente: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma adversa.

Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

Estimativas

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, benefícios de curto prazo a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na determinação se a Companhia detém de fato controle sobre suas investidas, assim como na classificação de contratos de arrendamento.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia, de sua controlada e da operação em conjunto em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentadas a seguir:

		% Participação societária	
Razão social	**País sede**	**2017**	**2016**
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

(a) Cipolin (sociedade de capital fechado) – Controlada integral da J.Macêdo S.A., foi constituída em 1985, sob a razão social de "Cipolin S.A.". A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo para a J.Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

(b) Tergran (sociedade de capital fechado) **–** Refere-se a operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, com personalidade jurídica própria, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1. Controlada e operação controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.2. Controlada e operação controlada em conjunto--Continuação

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos de sua controlada e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos proporcionalmente a participação na entidade.

3.3. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação, ou seja, na data em que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou do estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.4. Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do período de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção de que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.4. Tributos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.5. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota 20.

3.6. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos - Reconhecimento e mensuração

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade *swap*, demonstradas na Nota 28.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo possuir o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a) Empréstimos e recebíveis

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, saldos com partes relacionadas, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.7. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.8. Imobilizado--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.9. Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato, o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

a) Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.9. Arrendamentos mercantis--Continuação

b) O contrato contém direito de uso do ativo ou dos ativos.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a entidade todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.10. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações contábeis. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem geradas.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

Em cada data de apresentação das demonstrações contábeis, é analisado se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, estima-se o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

É considerada evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, utiliza-se tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros--Continuação

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente ao fim do exercício social em relação à perda por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações contábeis, líquida de qualquer reembolso.

3.14. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o direito relacionado seja concedido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.15. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As transações de receita são avaliadas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os ritérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e os benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.15. Reconhecimento de receita--Continuação

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas com instrumentos financeiros derivativos e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.16. Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para o qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações dessa entidade na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: farinha e farelo de trigo, mistura para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas. A produção e a comercialização dos produtos alimentícios não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento objeto de reporte.

3.17. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada foi elaborada nos termos CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.18 Pronunciamento aplicado pela primeira vez em 2017

O Grupo aplicou, pela primeira vez, alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e o impacto das alterações da norma que possui aplicabilidade no Grupo estão descritos a seguir:

Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação

As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais). O Grupo forneceu informações para o período atual e para fins de comparação na Nota 17.

3.19 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão de suas demonstrações contábeis são divulgadas abaixo. O Grupo pretende adotar essas normas quando elas entrarem em vigor.

a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada.

O Grupo planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, o Grupo realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas a Companhia em 2018, quando a adoção for efetiva. Em geral, o Grupo não prevê impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Classificação e mensuração

O Grupo tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.19 Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48)--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige o registro das perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia estima que a adoção do referido normativo não trará impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

Outros ajustes

Além dos ajustes descritos acima, na adoção da IFRS 9, outros itens das demonstrações contábeis primárias serão ajustados conforme necessário, como por exemplo, impostos diferidos.

b) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

3.19 Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

b) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47)--Continuação

Venda de bens

Para contratos com clientes em que geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado do Grupo. O Grupo espera que o reconhecimento de receita ocorra em um momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Ao preparar-se para a adoção da IFRS 15, o Grupo está considerando o seguinte:

Contraprestação variável

Alguns contratos com clientes oferecem direito à devolução, descontos comerciais, abatimentos por volume além da previsão de gastos com divulgação promocionais. Atualmente, o Grupo reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subvenções, descontos comerciais e abatimentos por volume.

- Direitos de devolução

  Em atendimento ao IFRS 15, para os contratos que permitem ao cliente devolver a mercadoria, a receita deve ser reconhecida quando houver uma estimativa razoável das devoluções a serem feitas, desde que todos os outros critérios para reconhecimento de receita sejam atendidos.

  De acordo com a IFRS 15, a receita para esses contratos será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que não for possível fazer uma estimativa razoável das devoluções, espera-se que receitas sejam reconhecidas antes do período de devolução expirar ou de que seja possível realizar uma estimativa razoável.

  O impacto estimado para o exercício de 2018 com a adoção da nova norma está sendo avaliado, mas a Administração entende que seja imaterial.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.19 Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

b) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47)--Continuação

- Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos retroativos por volume aos seus clientes em todos os produtos comprados pelo cliente sempre que a quantidade de produtos adquiridos durante o período exceder um limite especificado no contrato. De acordo com a sua política contábil em vigor, a Companhia estima os abatimentos por volume esperados usando o método de abatimentos de valor da média ponderada por probabilidade e os inclui em Fornecedores e outras contas a pagar. Esses valores podem ser posteriormente reembolsados em dinheiro ao cliente ou são compensados com valores a pagar por esse cliente.

A administração espera que a aplicação deste pronunciamento resulte em uma redução da receita líquida de vendas e despesas operacionais, comparativamente à IFRS atualmente em vigor, no montante de aproximadamente R$ 21 milhões.

Em relação as demais alterações decorrentes da adoção do IFRS 15, a Companhia estima não haver nenhum outro impacto sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações.

c) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operacões de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operacões de Arrendamento Mercantil. A norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Em 2018, o Grupo planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações contábeis consolidadas.

d) Outras normas, interpretações e alterações às normas

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis, com início em 1º de janeiro de 2017, não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para o Grupo.

4. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Bancos conta movimento	**8.291**	7.254	**41.872**	7.254
Equivalentes de caixa	**220.570**	41.676	**280.772**	59.284
	228.861	48.930	**322.644**	66.538

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 98,16% (31 de dezembro de 2016: 99,35%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinadas à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra - NY, em certificados de depósitos com juros de 0,25% a.a. (31 de dezembro de 2016: 0,25% a.a.), com prazo de 6 meses (31 de dezembro de 2016: 6 meses), no valor total de R$ 60.202 (31 de dezembro de 2016: R$ 11.032), e próximo vencimento para 09 de janeiro de 2018 (31 de dezembro de 2016: 13 de fevereiro de 2017). Essas aplicações não possuem nenhuma restrição de saque, estando disponíveis para resgate imediato.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Aplicações financeiras	-	23.983	-	23.983
	-	23.983	-	23.983

As aplicações financeiras se referiam a CDBs pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 99,35% do CDI, em 31 de dezembro de 2016.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Clientes no país	**138.683**	203.136	**159.920**	202.428
Desconto de verbas contratuais	**(6.683)**	(7.103)	**(6.683)**	(7.103)
Provisão para redução ao valor recuperável	**(848)**	(1.178)	**(848)**	(1.178)
	131.152	194.855	**152.389**	194.147

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes possui a seguinte apresentação:

	Controladora		Consolidado	
Prazo	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Valores a vencer:	**126.865**	186.686	**148.102**	185.978
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	**7.949**	14.311	**7.949**	14.311
de 31 a 60 dias	**1.584**	229	**1.584**	229
de 61 a 90 dias	**736**	590	**736**	590
Acima de 90 dias	**1.549**	1.320	**1.549**	1.320
	138.683	203.136	**159.920**	202.428

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	2017	**2016**
Saldo inicial	**(1.178)**	(1.055)
Constituição de provisão	**(4.117)**	(2.042)
Reversões e baixas	**4.447**	1.919
Saldo final	**(848)**	(1.178)

Na Nota 28 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo e por dependência de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Produtos acabados	**34.762**	32.935	**34.762**	32.935
Matérias-primas	**44.771**	34.482	**44.771**	34.482
Materiais de produção	**16.727**	14.583	**16.727**	14.583
Materiais de manutenção e outros	**8.860**	7.748	**8.883**	7.771
Produtos em processo	**3.394**	3.832	**3.394**	3.832
Importações de matéria prima em andamento (a)	**97.487**	12.843	**2.065**	5.911
	206.001	106.423	**110.602**	99.514

(a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de adiantamentos com a controlada Cipolin é de R$ 95.422 (31 de dezembro de 2016: R$ 6.932).

7. **Estoques**--Continuação

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. A movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, segue assim representada:

	Controladora e consolidado	
	2017	**2016**
Saldo inicial	**(2.871)**	(819)
(Adições) reversões	**62**	(2.052)
Saldo final	**(2.809)**	(2.871)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	2017			**2016**		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
ICMS a ressarcir (a)	**19.309**	**13.748**	**33.057**	8.112	10.251	18.363
ICMS a apropriar (b)	**12.232**	**67**	**12.299**	22.868	6.564	29.432
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	**2.994**	**9.076**	**12.070**	1.878	5.063	6.941
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**3.033**	**-**	**3.033**	2.394	-	2.394
PIS a recuperar (c)	**10.970**	**4.965**	**15.935**	7.947	3.359	11.306
COFINS a recuperar (c)	**35.426**	**16.234**	**51.660**	5.473	28.434	33.907
Outros impostos e contribuições	**2.725**	**192**	**2.917**	1.258	-	1.258
	86.689	**44.282**	**130.971**	49.930	53.671	103.601

	Consolidado					
	2017			**2016**		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
ICMS a ressarcir (a)	**19.309**	**13.748**	**33.057**	8.112	10.251	18.363
ICMS a apropriar (b)	**12.232**	**67**	**12.299**	22.868	6.564	29.432
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	**2.994**	**9.076**	**12.070**	1.878	5.063	6.941
Imposto de renda a recuperar	**3.033**	**-**	**3.033**	2.394	-	2.394
PIS a recuperar (c)	**10.970**	**4.965**	**15.935**	7.947	3.359	11.306
COFINS a recuperar (c)	**35.426**	**16.234**	**51.660**	5.473	28.434	33.907
Outros impostos e contribuições	**2.771**	**192**	**2.963**	1.324	-	1.324
	86.735	**44.282**	**131.017**	49.996	53.671	103.667

Os impostos e as contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

(a) Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária e ao ICMS extraordinário do farelo de anos anteriores.

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar--Continuação

(b) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária, bem como de incentivos e benefícios de ICMS, que serão apropriados no momento da venda.

(c) Créditos apurados de forma extemporânea, referentes a despesas geradoras de crédito diversas, não reconhecidas nas competências anteriores, bem como saldos credores das operações correntes do período, em razão da diferença positiva entre débitos e créditos das contribuições.

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem principalmente, de transações entre empresas da Companhia efetuadas em bases usuais de mercado.

Empresa líder do conglomerado

A J.Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., que por sua vez é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J.Macêdo Alimentos S.A.
J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
MAC-DO Administração e Participações S.A.
BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota Explicativa n° 3.1.

Empresa controlada

CIPOLIN S.A., conforme detalhado na Nota 3.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo.

9. **Transações com partes relacionadas**--Continuação

Segue quadro das operações entre as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Companhias - Tipo de operação				
Ativo circulante				
Cipolin S.A. - Adiantamento a fornecedores (a)	**95.422**	6.932	**-**	-
	95.422	6.932	**-**	-
Ativo não circulante				
J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações - Empréstimos a receber	**27.890**	25.045	**27.890**	25.045
J.Macêdo Alimentos S.A. - Empréstimos a receber	**5.965**	3.311	**5.965**	3.311
Cipolin S.A. (b) - Empréstimos e recebíveis	**-**	-	**3.422**	2.864
	33.855	28.356	**37.277**	31.220
Passivo circulante				
Cipolin S.A. – Fornecedores (c)	**(43.111)**	-	**-**	-
Tergran - Empréstimos a pagar	**(1.188)**	(1.188)	**-**	-
Cipolin S.A. – Empréstimos e financiamentos	**(15.510)**	-	**-**	-
	(59.809)	(1.188)	**-**	-
Passivo não circulante				
Cipolin S.A. – Outras contas a pagar	**-**	(15.510)	**-**	-
	-	(15.510)	**-**	-

Resultado

	Controladora	
	2017	**2016**
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo	**309.172**	312.348
Tergran - Custos portuários	**3.435**	3.002
	312.607	**315.350**

a) Saldo em aberto na conta de importações de matéria prima em andamento (Estoques) da controlada Cipolin.

b) Composto substancialmente por empréstimos entre Cipolin e J.Macêdo Alimentos S.A. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo destes empréstimos é de R$ 3.422 (31 de dezembro de 2016: R$ 2.864).

c) Saldo em aberto na conta de fornecedores estrangeiros em favor da controlada Cipolin.

Remuneração do pessoal-chave da administração da companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R$ 1.083 (R$ 13.000/ano 2017 e R$ 13.000/ano 2016), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas com honorários da Administração totalizaram R$ 8.935 (2016: R$ 8.792).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são em sua maioria, lastreadas por aval, hipotecas, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

As operações, concernente à garantias, receberam avais da controladora J.Macêdo Alimentos S.A. e representaram no exercício findo de 2017, 48,35% (31 de dezembro de 2016: 44,96%) do saldo devedor total perante instituições financeiras.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**22.779**	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para perda ao valor recuperável	**288**	401
Provisão para perdas com estoques	**992**	976
Provisão para contingências	**5.060**	5.081
Provisão de honorários de êxito	**1.018**	1.287
Programa de participação nos resultados	**333**	4.069
Perda operação "swap"	**2.388**	4.638
Outras provisões	**1.867**	1.953
Total diferido ativo	**34.725**	18.405
Ágio Chiarini	**(2.176)**	(2.176)
Ganho operação "swap"	**(1.103)**	(321)
Ajuste de avaliação patrimonial	**(12.104)**	(9.313)
Valor justo propriedades para investimentos	**(30.081)**	(19.921)
Juros sobre empréstimos capitalizados	**(8.391)**	(5.308)
Diferença depreciação fiscal	**(9.863)**	(8.120)
Total diferido passivo	**(63.718)**	(45.159)
Total de imposto diferido líquido	**(28.993)**	(26.754)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Corrente				
Imposto de renda	**(88)**	(14.680)	**(114)**	(14.804)
Contribuição social	**-**	(7.053)	**(10)**	(7.100)
	(88)	(21.733)	**(124)**	(21.904)
Diferidos				
Imposto de renda	**(2.192)**	6.139	**(2.192)**	6.139
Contribuição social	**(47)**	2.799	**(47)**	2.799
	(2.239)	8.938	**(2.239)**	8.938
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(2.327)**	(12.795)	**(2.363)**	(12.966)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	**31.560**	82.136	**31.596**	82.307
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**10.730**	27.926	**10.742**	27.984
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	**5.990**	3.928	**5.990**	3.928
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	**566**	8.018	**566**	8.018
Adições temporárias				
Provisões temporárias	**22.497**	54.053	**22.497**	54.053
Realização de ajustes temporais	**687**	3.593	**687**	3.593
IR e CS diferidos sobre adições temporárias				
Receitas (despesas) de realizações futuras	**2.239**	(8.936)	**2.239**	(8.936)
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	**(1.633)**	(19.807)	**(1.633)**	(19.807)
Ganho de incentivos fiscais	**(16.362)**	(20.303)	**(16.362)**	(20.303)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	**(19.334)**	(19.631)	**(19.334)**	(19.631)
Realização de ajustes temporais	**(25.179)**	(5.975)	**(25.179)**	(5.975)
Reversão de provisões temporárias	**-**	(1.641)	**-**	(1.641)
Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	**22.779**	(7.430)	**22.779**	(7.430)
Ajustes positivo (negativo) do imposto de renda de exercícios anteriores	**88**	(105)	**88**	(105)
Outros itens	**(741)**	(895)	**(717)**	(782)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	**2.327**	12.795	**2.363**	12.966
Alíquota efetiva	**7,37%**	15,58%	**7,48%**	15,64%

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	**11.941**	12.577	**-**	-
Ágio (Nota 14)	**6.399**	6.399	**-**	-
Outros investimentos	**64**	64	**64**	64
	18.404	19.040	**64**	64

11. **Investimentos**--Continuação

	2017		2016	
	Tergran	**Cipolin**	**Tergran**	**Cipolin**
Informações sobre as controladas:				
Quantidade de ações	**2.193.000**	**459.773.063**	2.193.000	459.773.063
Participação no capital total e votante:	**33,33%**	**100,00%**	33,33%	100,00%
Ativo circulante	**6.829**	**158.066**	7.121	37.971
Ativo não circulante	**2.990**	**18.724**	3.148	15.076
Total de ativos	**9.819**	**176.790**	10.269	53.047
Passivo circulante	**1.315**	**167.683**	1.214	43.488
Total de passivos	**1.315**	**167.683**	1.214	43.488
Patrimônio líquido	**8.504**	**9.107**	9.055	9.559
Capital social	**9.204**	**10.576**	9.204	10.576
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(551)**	**(600)**	1.739	(1.821)

	2017			2016
Movimentação dos investimentos	**Tergran**	**Cipolin**	**Total**	**Total**
Saldo inicial	**3.018**	**9.559**	**12.577**	15.240
Equivalência patrimonial	**(183)**	**(600)**	**(783)**	(1.242)
Variação cambial de investimento no exterior	**-**	**147**	**147**	(1.421)
Saldo final	**2.835**	**9.106**	**11.941**	12.577

12. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são registradas a valor justo com base em avaliação realizada por avaliadores independentes e qualificados a cada fim de exercício. Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as propriedades foram avaliadas a valor justo e possuem a seguinte apresentação:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Propriedade para investimentos	**78.200**	71.133
Reclassificação	**-**	(1.526)
Ganho de ajuste a valor justo	**29.881**	8.593
Saldo final	**108.081**	78.200

13. Imobilizado

a) Controladora

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Valor total	2016 Custo	2016 Depreciação acumulada	2016 Valor total
Terrenos	-	**27.132**	**-**	**27.132**	27.132	-	27.132
Edificações e outros imóveis	3,2	**264.486**	**(80.198)**	**184.288**	251.713	(72.011)	179.702
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,9	**265.255**	**(149.955)**	**115.300**	251.699	(134.236)	117.463
Instalações	10,4	**33.143**	**(14.597)**	**18.546**	29.495	(11.866)	17.629
Móveis e utensílios	11,1	**10.650**	**(7.555)**	**3.095**	9.967	(6.786)	3.181
Computadores e periféricos	25,8	**9.959**	**(7.169)**	**2.790**	7.279	(6.723)	556
Veículos	30,3	**1.280**	**(606)**	**674**	2.991	(1.498)	1.493
Outros	20,5	**6.564**	**(4.423)**	**2.141**	6.880	(4.824)	2.056
		618.469	**(264.503)**	**353.966**	587.156	(237.944)	349.212
Imobilizado em andamento	-	**178.889**	**-**	**178.889**	48.455	-	48.455
Adiantamento a fornecedores	-	**71.730**	**-**	**71.730**	71.473	-	71.473
		869.088	**(264.503)**	**604.585**	707.084	(237.944)	469.140

Movimentação dos saldos

	Saldos em 2016	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2017
Terrenos	27.132	**-**	**-**	**-**	**-**	**27.132**
Edificações e outros imóveis	179.702	**2.255**	**(822)**	**11.337**	**(8.184)**	**184.288**
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	117.463	**12.171**	**(6.439)**	**7.642**	**(15.537)**	**115.300**
Instalações	17.629	**955**	**(494)**	**3.187**	**(2.731)**	**18.546**
Móveis e utensílios	3.181	**842**	**(136)**	**29**	**(821)**	**3.095**
Computadores e periféricos	556	**2.716**	**(10)**	**-**	**(472)**	**2.790**
Veículos	1.493	**1.571**	**(2.165)**	**-**	**(225)**	**674**
Outros	2.056	**1.145**	**(51)**	**-**	**(1.009)**	**2.141**
Imobilizado em andamento	48.455	**49.814**	**(7.309)**	**87.929**	**-**	**178.889**
Adiantamento a fornecedores	71.473	**110.381**	**-**	**(110.124)**	**-**	**71.730**
	469.140	**181.850**	**(17.426)**	**-**	**(28.979)**	**604.585**

13. **Imobilizado**--Continuação

b) Consolidado

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2017			2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	**27.132**	**-**	**27.132**	**27.132**	**-**	27.132
Edificações e outros imóveis	3,2	**267.509**	**(82.563)**	**184.946**	**254.477**	**(74.072)**	180.405
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,9	**267.762**	**(152.230)**	**115.532**	**254.141**	**(136.443)**	117.698
Instalações	10,4	**33.518**	**(14.904)**	**18.614**	**29.870**	**(12.162)**	17.708
Móveis e utensílios	11,1	**10.717**	**(7.597)**	**3.120**	**10.029**	**(6.825)**	3.204
Computadores e periféricos	25,8	**10.076**	**(7.276)**	**2.800**	**7.388**	**(6.829)**	559
Veículos	30,3	**1.280**	**(606)**	**674**	**2.991**	**(1.498)**	1.493
Outros	20,5	**6.564**	**(4.426)**	**2.138**	**6.884**	**(4.826)**	2.058
		624.558	**(269.602)**	**354.956**	**592.912**	**(242.655)**	350.257
Imobilizado em andamento (i)	-	**178.890**	**-**	**178.890**	**48.455**	**-**	48.455
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	**71.730**	**-**	**71.730**	**71.473**	**-**	71.473
		875.178	**(269.602)**	**605.576**	**712.840**	**(242.655)**	470.184

i. Referem-se, substancialmente, a investimentos para a modernização, aumento da capacidade produtiva e expansão da estocagem de trigo nas unidades de Simões Filho, Fortaleza e Salvador.

ii. Referem-se a adiantamentos para aquisição de máquinas e equipamentos, cujo saldo está ligado substancialmente à operações de FINIMP´s, para modernização das unidades de Salvador, Simões Filho e Fortaleza.

Movimentação dos saldos

	Saldos em 2016	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2017
Terrenos	27.132	**-**	**-**	**-**	**-**	**27.132**
Edificações e outros imóveis	180.405	**2.513**	**(822)**	**11.337**	**(8.487)**	**184.946**
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	117.698	**12.237**	**(6.439)**	**7.642**	**(15.606)**	**115.532**
Instalações	17.708	**955**	**(494)**	**3.187**	**(2.742)**	**18.614**
Móveis e utensílios	3.205	**846**	**(136)**	**29**	**(824)**	**3.120**
Computadores e periféricos	559	**2.724**	**(10)**	**-**	**(473)**	**2.800**
Veículos	1.492	**1.572**	**(2.165)**	**-**	**(225)**	**674**
Outros	2.057	**1.141**	**(51)**	**-**	**(1.009)**	**2.138**
Imobilizado em andamento	48.455	**49.815**	**(7.309)**	**87.929**	**-**	**178.890**
Adiantamento a fornecedores	71.473	**110.381**	**-**	**(110.124)**	**-**	**71.730**
	470.184	**182.184**	**(17.426)**	**-**	**(29.366)**	**605.576**

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R$ 9.400 (31 de dezembro de 2016: R$ 2.560). A taxa média utilizada para capitalização foi de 9,21% a.a. (31 de dezembro de 2016: 12,74% a.a.).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de informações de fontes externas e internas, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro.

13. **Imobilizado**--Continuação

c) Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Depreciação	**(28.174)**	(25.056)	**(28.561)**	(25.181)
Despesa com amortização (intangível - Nota 14)	**(2.968)**	(1.994)	**(2.968)**	(1.994)
Depreciação do custo atribuído	**(805)**	(756)	**(805)**	(756)
Depreciação/amortização no período	**(31.947)**	(27.806)	**(32.334)**	(27.931)

d) Ativos concedidos em garantias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
Tipo de garantia	**2017**	**2016**
Máquinas e equipamentos	**74.307**	83.277
Edificações	**121.615**	136.448
Instalações	**12.313**	13.129
Móveis e utensílios	**1.419**	1.730
Terrenos	**12.850**	13.240
Imobilizado em andamento	**64.459**	37.306
Outros	**1.638**	1.460
	288.601	286.590

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e ao FINAME do BNDES e a processos tributários.

14. Intangível

	Controladora	Consolidado		
	Softwares e sistemas informatizados	**Ágio na aquisição de investimentos (a)**	**Softwares e sistemas informatizados**	**Total**
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2016	49.503	6.399	49.503	55.902
Adições	4.108	-	4.108	4.108
Baixas	(1)	-	(1)	(1)
Em 31 de dezembro de 2017	53.610	6.399	53.610	60.009
Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2016	(42.951)	-	(42.951)	(42.951)
Amortização	**(2.968)**	**-**	**(2.968)**	**(2.968)**
Em 31 de dezembro de 2017	**(45.919)**	**-**	**(45.919)**	**(45.919)**
Valor contábil líquido:				
Em 31 de dezembro de 2017	**7.691**	**6.399**	**7.691**	**14.090**
Em 31 de dezembro de 2016	6.552	6.399	6.552	12.951

(a) O saldo remanescente de R$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou o teste de valor recuperável e não identificou perda.

15. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 07 e 120 dias.

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Nacionais	**95.694**	81.294	**95.719**	81.308
Estrangeiros (a)	**114.543**	3.936	**141.180**	21.794
	210.237	85.230	**236.899**	103.102

(a) Representado, substancialmente, por contas a pagar para compra de trigo e outras matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2017, o montante consolidado de contas a pagar com a controlada Cipolin foi de R$ 43.111 (31 de dezembro de 2016: R$ 18.685).

16. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
ICMS	**9.370**	8.319	**9.370**	8.319
Imposto de renda e contribuição social	**-**	843	**-**	900
PIS e COFINS	**214**	48	**214**	48
INSS retido	**475**	616	**475**	616
ISS retido	**491**	414	**491**	414
Outros tributos a recolher	**1.384**	66	**1.454**	122
	11.934	10.306	**12.004**	10.419

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

		Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
Moeda nacional	**Indexador**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
FINAME (b)	Pré-fixado	2,70% à 6,00%	3,00% a 6,00%	**21.279**	22.118
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,50%	2,45% a 4,50%	**185.552**	94.312
Crédito Rural	Pré-fixado	1,80% à 2,50%	-	**61.028**	-
Capital de Giro	CDI e IPCA	119% CDI / 2,47%	-	**136.513**	-
Moeda estrangeira - US$					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	4,12% à 5,12%	1,67% a 4,68%	**107.991**	109.733
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	2,77% a 6,43%	2,77% a 6,43%	**46.981**	40.367
				559.344	266.530
Circulante				**153.666**	174.366
Não circulante				**405.678**	92.164

(a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J.Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.

(b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

(c) Operações com “Swap” para CDI conforme Nota 28.

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)-- Continuação

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
Ano	**2017**	**2016**
2018	**-**	29.235
2019	**216.330**	19.057
2020	**71.853**	18.049
2021	**117.495**	25.823
	405.678	92.164

Movimentação dos saldos

		Adições			Amortizações			
Descrição	**2016**	**Principal**	**Juros**	**Variação cambial**	**Principal**	**Encargos**	**Transf.**	**2017**
Finame	29.415	**17.155**	**9.161**	**-**	**(28.670)**	**(7.022)**	**23.116**	**43.155**
Finimp	35.219	**46.338**	**2.430**	**(266)**	**(41.009)**	**(1.815)**	**6.084**	**46.981**
Swap	109.732	**-**	**4.038**	**(1.303)**	**(104.471)**	**(6.541)**	**13.333**	**14.788**
Capital de Giro	-	**-**	**1.433**	**-**	**-**	**-**	**31.281**	**32.714**
Crédito Rural	-	**15.000**	**4.550**	**-**	**-**	**(3.522)**	**-**	**16.028**
Total circulante	174.366	**78.493**	**21.612**	**(1.569)**	**(174.150)**	**(18.900)**	**73.814**	**153.666**
Finame	87.017	**100.207**	**(432)**	**-**	**-**	**-**	**(23.116)**	**163.676**
Finimp	5.147	**-**	**(292)**	**1.229**	**-**	**-**	**(6.084)**	**-**
Swap	-	**102.270**	**-**	**4.266**	**-**	**-**	**(13.333)**	**93.203**
Capital de Giro	-	**132.562**	**2.518**	**-**	**-**	**-**	**(31.281)**	**103.799**
Crédito Rural	-	**45.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**45.000**
Total não circulante	92.164	**380.039**	**1.794**	**5.495**	**-**	**-**	**(73.814)**	**405.678**
Total	266.530	**458.532**	**23.406**	**3.926**	**(174.150)**	**(18.900)**	**-**	**559.344**

O Grupo está obrigado, devido a empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do período e, entre eles, citamos a razão entre dívida financeira líquida por EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) menor ou igual a 2,75, dívida financeira bruta por patrimônio líquido menor ou igual a 1,50 e EBITDA por despesa financeira líquida maior ou igual a 1,75, os quais foram adequadamente cumpridos ao fim do exercício de 2017 e 2016.

Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício de 2017, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e equivalentes a caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo. Essas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo de Finimp em aberto é de R$ 46.981 (31 de dezembro de 2016: R$ 40.367).

18. Debêntures (controladora e consolidado)

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Circulante	**29.203**	30.615
Não circulante	**-**	28.600
	29.203	59.215

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
Ano	**2017**	**2016**
2018	**-**	28.600
	-	28.600

Características da oferta	
Debêntures	2ª. Emissão
Tipo	Simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

A Companhia está obrigada, devido à segunda emissão de debêntures, a observar a razão entre as contas de dívida financeira líquida e EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos), o que foi adequadamente cumprido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

19. Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

19. **Provisão para contingências**--Continuação

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Tributária (a)	**Trabalhista (b)**	**Cível (c)**	**Saldo líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.648	3.267	2.768	8.683
Provisões	270	3.387	2.051	5.708
Reversão de provisões	(325)	(4.763)	(595)	(5.683)
Encargos financeiros	304	1.020	439	1.763
(-) Depósitos judiciais	-	(283)	-	(283)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.897	2.628	4.663	10.188
Provisões	**270**	**7.129**	**1.330**	**8.729**
Reversão de provisões	**(280)**	**(3.922)**	**(1.086)**	**(5.288)**
Pagamentos/depósitos	**(278)**	**(1.087)**	**(1.833)**	**(3.198)**
Encargos financeiros	**216**	**790**	**310**	**1.316**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.825**	**5.538**	**3.384**	**11.747**

O saldo de provisões para contingências trabalhistas no montante de R$ 5.538 está sendo apresentado no quadro acima pelo valor líquido dos depósitos judiciais para as causas prováveis. O saldo destes depósitos judiciais no exercício findo em 2017 é de R$ 3.136 (31 de dezembro de 2016: R$ 4.755).

O total de pagamentos efetuados em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 4.817 (31 de dezembro de 2016: R$ 4.439), sendo R$ 278 (31 de dezembro de 2016: R$ 301) referente a contingências tributárias, R$ 2.706 (31 de dezembro de 2016: R$ 3.449) referente a contingências trabalhistas e R$ 1.833 (31 de dezembro de 2016: R$ R$ 688) referente a contingências cíveis e administrativas.

a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária, administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R$ 300.984 (31 de dezembro de 2016: R$ 276.534), constituídas por R$ 155.595 (31 de dezembro de 2016: R$ 132.741) para tributos federais; R$ 144.325 (31 de dezembro de 2016: R$ 142.788) para impostos estaduais e R$ 1.064 (31 de dezembro de 2016: R$ 1.005) para tributos municipais.

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

19. Provisão para contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, existiam diversas ações judiciais e administrativas trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R$ 108.074 (31 de dezembro de 2016: R$ 48.545).

Os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais no mesmo período totalizavam o montante de R$ 6.863 (31 de dezembro de 2016: R$ 7.436). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R$ 37.310 (31 de dezembro de 2016: R$ 15.760).

A maior parte das ações nas quais o Grupo figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A J.Macêdo S.A. é parte ativa em alguns processos em que pode haver uma eventual contingência. São casos onde a Companhia entrou com processo para questionar valores (ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos), mas pode correr o risco de perder e ter que pagar os valores tidos como indevidos, no montante de R$ 3.214 (31 de dezembro de 2016: R$ 2.505).

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	2017	**2016**
Tributária	**205.919**	165.066
Trabalhista	**22.790**	8.625
Cível	**8.500**	8.158
	237.209	181.849

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível e valor superior a R$ 10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R$ 28.510, lavrado contra a Companhia em 25 de outubro de 2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

19. Provisão para contingências--Continuação

II) Auto de infração de CSLL, no valor de R$ 10.901, lavrado contra a Companhia em 19 de outubro de 2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.

III) Execução Fiscal cuja cobrança (CDA's nº 30.6.05.005897-39, 30.6.05.005898-10, 30.7.05.001435-41 e 30.2.05.002785-48), no valor de R$ 14.521, foi reativada em decorrência da exclusão da empresa do REFIS-IV da Lei 11.941/2009, o que ocorreu em virtude da PGFN ter convertido os depósitos judiciais em desconformidade com o art. 10 da Lei 11.941/2009. A Companhia apresentou seguro garantia e Embargos à Execução Fiscal.

Autor: Estado de São Paulo

I. Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R$ 26.879, lavrado contra a Companhia em 21 de novembro de 1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II. Execução Fiscal no valor de R$ 25.850, oriundo do Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 18 de outubro de 2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Após julgamento improcedente de Recurso Especial pelo TIT/SP, aguarda-se o ajuizamento da Execução Fiscal para apresentação de Embargos à execução. Ajuizada Execução Fiscal nº 1500148-30.2015.8.26.0577.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

I. Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27 de março de 2006, no valor de R$ 27.422, por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento desse imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

20. Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia fez jus a R$ 48.123 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2016: R$ 45.835).

Em relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não apurou base para cálculo do lucro da exploração (31 de dezembro de 2016: R$ 4.782).

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

20. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

a) ADENE (âmbito federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui na redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos para: (i) industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Fortaleza e Maceió (desde 2008 até 2017), (ii) fabricação de massas alimentícias e misturas para bolo (desde 2008 até 2017) e (iii) industrialização de trigo e seus derivados para a unidade de Salvador (desde 2015 até 2024) e (iv) fabricação de biscoitos para a unidade de Simões Filho (desde 2017 até 2026). Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1963, Decreto nº 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE, a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular na SUDENE.

b) PROVIN (Estado do Ceará)

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Em agosto de 2016, o governo do Ceará regulamentou o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do CE (FEEF), para as empresas beneficiárias do PROVIN, no qual a Companhia está sujeita ao pagamento durante o período de setembro de 2016 à agosto de 2018. O FEEF é considerado um encargo e corresponde a 10% do incentivo. Seu recolhimento ocorrerá se o valor da arrecadação do mês for inferior quando comparado ao mesmo mês do exercício anterior, limitado a 10% do valor do incentivo.

c) DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A Companhia é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009, e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

20. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

c) DESENVOLVE (Estado da Bahia)--Continuação

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J.Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

Em junho de 2016, o governo da Bahia instituiu condição para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais, condicionando o benefício da Companhia ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) no período de setembro de 2016 a dezembro de 2018. O FECEP é considerado um encargo e corresponde a 10% do valor benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado.

A seguir, o quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, uma reserva de R$ 317.859.

	Incentivos fiscais			Reserva de incentivos fiscais	
	Federais	**Estaduais**	**Total**	**Constituída**	**A constituir**
De 2008 a 2012	2.174	122.695	124.869	(124.423)	446
2013	-	35.686	35.686	(36.132)	(446)
2014	1.843	39.578	41.421	(41.421)	-
2015	128	38.583	38.711	(38.711)	-
2016	4.371	45.835	50.206	(50.206)	-
2017	**-**	**48.123**	**48.123**	**(26.966)**	**21.157**
	8.516	**330.500**	**339.016**	**(317.859)**	**21.157**

21. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado estava representado conforme quadro abaixo:

	2017	**2016**
Capital social	**198.603**	198.002
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	**11.496.411**	11.496.411
Preferenciais classe A	**10.334.449**	10.334.449
Preferenciais classe B	**1.337**	1.337
	21.832.197	21.832.197

21. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

a) Capital social--Continuação

Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, a Companhia aprovou o aumento do capital social, no montante de R$ 601, mediante a capitalização de reserva de capital, decorrente de incentivos fiscais federais antes da entrada em vigor da Lei 11.638/07, sem emissão de novas ações.

As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

O capital social autorizado da Companhia é de 200.000.000 ações, sendo 100.000.000 ordinárias e 100.000.000 preferenciais, nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reserva de capital/lucros - Incentivos fiscais federais

A Companhia possuía saldo de R$ 601 de incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda, registrados como reserva de capital. Conforme aprovação em Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2017, essa reserva foi capitalizada.

c) Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais

Refere-se ao incentivo fiscal estadual de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 20.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

e) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

21. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

	Controladora	
	2017	**2016**
Lucro líquido do exercício	**29.233**	69.341
(-) Reserva legal - 5%	**(1.462)**	(3.467)
	27.771	65.874
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	**(805)**	529
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	**(26.966)**	(50.554)
Base de cálculo dos dividendos	**-**	15.849
(=) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**-**	3.962
Dividendos complementares propostos	**-**	11.540
Ajuste de incentivos fiscais	**-**	347
Dividendos complementares propostos líquido de ajustes	**-**	11.887
Dividendos por ação	**-**	0,54448

f) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

22. Resultado por ação

O lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2017 foi calculado com base no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais no montante de R$ 29.233 e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	Controladora	
	2017	**2016**
Lucro líquido do exercício	**29.233**	69.341
Lucro atribuível aos acionistas	**29.233**	69.341
Quantidade de ações em circulação	**21.832**	21.832
Ordinárias	**11.496.411**	11.496.411
Preferenciais	**10.335.786**	10.335.786
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R$	**1,33899**	3,17608

Em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receita bruta de vendas	**1.722.744**	1.861.482	**1.727.155**	1.864.966
(-) Impostos	**(167.186)**	(150.210)	**(168.093)**	(150.210)
(-) Devoluções	**(29.541)**	(34.429)	**(29.541)**	(34.429)
(-) Abatimentos	**(24.430)**	(32.227)	**(24.430)**	(32.227)
Receita líquida de vendas	**1.501.587**	1.644.616	**1.505.091**	1.648.100

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

24. Custos e despesas operacionais

a) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Matérias-primas e embalagens	**(751.528)**	(832.001)	**(754.524)**	(837.206)
Pessoal	**(200.895)**	(207.980)	**(201.043)**	(208.967)
Serviços de terceiros e fretes	**(302.658)**	(282.040)	**(302.772)**	(281.715)
Depreciação e amortização	**(31.947)**	(28.687)	**(32.334)**	(28.956)
Outros	**(163.370)**	(156.923)	**(163.411)**	(154.554)
	(1.450.398)	(1.507.631)	**(1.454.084)**	(1.511.398)

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Custos dos produtos vendidos	**(999.722)**	(1.088.115)	**(1.002.718)**	(1.091.279)
Despesas com vendas	**(335.961)**	(310.364)	**(335.961)**	(310.364)
Despesas gerais e administrativas (a)	**(114.715)**	(109.152)	**(115.405)**	(109.755)
	(1.450.398)	(1.507.631)	**(1.454.084)**	(1.511.398)

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

25. Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Ordenados e salários	**(72.165)**	(52.055)	**(73.367)**	(52.758)
Custos de previdência social	**(29.721)**	(21.808)	**(30.122)**	(22.060)
Participação nos resultados	**(930)**	(9.397)	**(930)**	(9.397)
	(102.816)	(83.260)	**(104.419)**	(84.215)

25. Benefícios de curto prazo--Continuação

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

26. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Créditos extemporâneos (a)	**16.757**	23.094	**16.757**	23.094
Provisão/reversão de honorários de êxito	**791**	485	**791**	485
Variação no valor justo das propriedades para investimentos	**29.881**	8.593	**29.881**	8.593
Resultado na venda/baixa de ativos (b)	**(8.599)**	(2.185)	**(8.599)**	(2.185)
Provisão para redução ao valor recuperável	**330**	(123)	**330**	(123)
Contingências líquidas	**(4.483)**	(5.943)	**(4.483)**	(5.943)
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	**(62)**	2.052	**(62)**	2.052
Outras despesas, líquidas	**(20.957)**	(34.861)	**(20.983)**	(33.910)
	13.658	(8.888)	**13.632**	(7.937)

(a) Em 2017, o valor está representado por créditos extemporâneos de PIS e COFINS, sobre insumos e sobre frete transferência nas operações de subcontratação, e de ICMS oriundos da transferência de farinha entre estados. Em 2016, os créditos foram de ICMS oriundos da transferência de farinha entre estados, de restituição de ICMS recolhido a maior e de PIS/COFINS sobre insumos.

(b) Valor substancialmente representado pela baixa de ativos da unidade desativada de Pouso Alegre.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	**(19.881)**	(102.092)	**(19.881)**	(102.092)
Variações monetárias e cambiais passivas	**(25.017)**	(68.831)	**(25.017)**	(68.831)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(20.378)**	(23.921)	**(20.378)**	(23.921)
Outras despesas financeiras	**(8.453)**	(2.719)	**(9.436)**	(9.050)
Outras despesas de juros	**(1.289)**	(893)	**(1.289)**	(893)
Tarifas bancárias	**(540)**	(512)	**(540)**	(512)
Despesas financeiras	**(75.558)**	(198.968)	**(76.541)**	(205.299)
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	**11.458**	20.908	**11.458**	20.908
Variações monetárias e cambiais ativas	**22.504**	113.910	**22.504**	113.910
Rendimentos de aplicações financeiras	**5.788**	15.268	**5.788**	15.268
Outras receitas financeiras	**3.304**	4.164	**3.748**	8.755
Receitas financeiras	**43.054**	154.250	**43.498**	158.841
Resultado financeiro	**(32.504)**	**(44.718)**	**(33.043)**	**(46.458)**

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi requerido um considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo estabelecem uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do período.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros:

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)--Continuação

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e recebíveis				
Bancos conta movimento	**8.291**	7.254	**8.291**	7.254
Equivalentes de caixa	**220.570**	41.676	**220.570**	41.676
Aplicações financeiras	**-**	23.983	**-**	23.983
Contas a receber	**131.152**	194.855	**131.152**	194.855
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	**33.855**	28.356	**33.855**	28.356
Ativos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	**7.674**	943	**7.674**	943
	401.542	297.067	**401.542**	297.067
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	**559.344**	266.530	**580.245**	317.619
Debêntures	**29.203**	59.215	**29.203**	59.215
Fornecedores	**210.237**	85.230	**210.237**	85.230
Arrendamentos mercantis financeiros	**3.730**	724	**3.730**	724
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	**16.698**	16.698	**16.698**	16.698
Passivos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	**7.024**	13.641	**7.024**	13.641
	826.236	442.038	**847.137**	493.127

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e recebíveis				
Bancos conta movimento	**41.872**	7.254	**41.872**	7.254
Equivalentes de caixa	**280.772**	59.284	**280.772**	59.284
Aplicações financeiras	**-**	23.983	**-**	23.983
Contas a receber	**152.389**	194.147	**152.389**	194.147
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	**37.277**	31.220	**37.277**	31.220
Ativos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	**7.674**	943	**7.674**	943
	519.984	316.831	**519.984**	316.831
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	**559.344**	266.530	**580.245**	317.619
Debêntures	**29.203**	59.215	**29.203**	59.215
Fornecedores	**236.899**	103.102	**236.899**	103.102
Arrendamentos mercantis financeiros	**3.730**	724	**3.730**	724
Passivos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	**7.024**	13.641	**7.024**	13.641
	836.200	443.212	**857.101**	494.301

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

b) Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, operações de *swap*, debêntures e empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à Alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que estes são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	**(126.816)**	(52.853)	**(126.816)**	(52.853)
	(126.816)	(52.853)	**(126.816)**	(52.853)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	**220.570**	41.676	**280.772**	59.284
Aplicações financeiras	**-**	23.983	**-**	23.983
Derivativos	**7.674**	943	**7.674**	943
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	**(432.528)**	(213.677)	**(432.528)**	(213.677)
Debêntures	**(29.203)**	(59.215)	**(29.203)**	(59.215)
Derivativos	**(7.024)**	(13.641)	**(7.024)**	(13.641)
	(240.511)	(219.931)	**(180.309)**	(202.323)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação
2017		
	(25%)	**(2.569)**
	(50%)	**(5.138)**
2016		
	(25%)	(1.674)
	(50%)	(3.347)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de *swap*, e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. As operações consistem na troca da variação cambial (Dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média prefixada de 3,20% (31 de dezembro de 2016: 0,98%).

		Valor justo		
31 de dezembro de 2017	**Valor Notional**	**Ativo financeiro derivativo**	**Passivo financeiro derivativo**	**Resultado no exercício**
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros	**147.244**	**7.674**	**7.024**	**(8.423)**
Circulante		**7.674**	**4.702**	
Não circulante		**-**	**2.322**	

No período findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo registrou um resultado financeiro negativo de R$ 8.423.

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Segue a exposição líquida da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira	**154.972**	279.160	**154.972**	279.160
Fornecedores	**114.543**	22.621	**141.180**	21.794
Contrato de *swap*	**(154.972)**	(279.160)	**(154.972)**	(279.160)
Exposição líquida	**114.543**	22.621	**141.180**	21.794

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
2017	**25%**	**94.710**	**116.735**
	50%	**189.420**	**233.469**
2016	25%	3.299	18.265
	50%	6.597	36.530

Risco de preço de commodities

O Grupo é afetada pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, o Grupo desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

O Grupo monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

O Grupo buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda, além de operar com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito a procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com 15 clientes (31 de dezembro de 2016: 15 clientes) que deviam mais de R$ 3.000 cada e eram responsáveis por 29,7% (31 de dezembro de 2016: 35,9%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos da Companhia, 58,7% (31 de dezembro de 2016: 61%) vêm operando há mais de dois anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes. Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo e por dependência de cliente foi:

	Controladora		**Consolidado**	
Risco de crédito – tipo de cliente	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Clientes - Atacado	**106.606**	171.516	**106.606**	171.516
Clientes - Varejo	**29.135**	31.542	**29.135**	31.542
Outros clientes	**12.560**	13.035	**33.797**	12.327
(-) Provisões	**(9.618)**	(12.957)	**(9.618)**	(12.957)
	138.683	203.136	**159.920**	202.428

	Consolidado			
Risco de crédito – concentração de carteira	**2017**	**%**	**2016**	**%**
Maior cliente	**8.231**	**5,1**	34.133	16,9
2º a 11º maior cliente	**29.077**	**18,2**	53.208	26,3
12º a 50º maior cliente	**40.524**	**25,3**	48.304	23,8
Demais clientes	**82.088**	**51,4**	66.783	33,0
	159.920	**100,0**	202.428	100,0

28. **Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2016: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente em aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco nas principais instituições financeiras. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas Notas 17 e 18.

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Não ocorreu alteração no capital social do Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como também, não houveram alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o mesmo exercício e anterior.

29. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Modalidade:		
Responsabilidade civil (a)	**16.000**	16.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	**224.112**	212.661
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	**377.860**	186.503
	617.972	415.164

(a) Limitado a R$ 8.000 por sinistro ou ocorrência.

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de diretores da J.Macêdo S.A., sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

J. MACÊDO S.A.

COMPANHIA ABERTA - CVM 2115-6
CNPJ Nº 14.998.371/0001-19
NIRE 23 3 00026799

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2018 - (1ª/2018)

HORÁRIO, DATA E LOCAL: 10:00h (dez) horas, do dia 08 de março de 2018, sito na Rua Benedito Macêdo nº 79, Cais do Porto, em Fortaleza, Ceará, CEP 60180-900.

PRESENÇA: A maioria dos membros do Comitê de Auditoria, conforme assinaturas lançadas no final desta ata.

MESA: Presidida pelo Sr. **HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA** – Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria da J. Macêdo S.A.("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2017") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young – Auditores Independentes S.S., aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2017, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

APROVAÇÃO: Unanimidade de votos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: Humar Marques de Oliveira - Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria; Roberto Proença de Macêdo e Paulo Camillo - membros do Comitê de Auditoria. Certificamos que a presente é cópia fiel do original da primeira ata do exercício de 2018, lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Comitê de Auditoria. Fortaleza, 08 de março de 2018.

HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenador Executivo do Comitê
de Auditoria da Companhia

Murilo Résio de Castro
Advogado